SUMÁRIO

SESAU-AL

Especialista em saúde - Terapia ocupacional

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais 6
Domínio da ortografia oficial 15
Domínio dos mecanismos de coesão textual 24
Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 25
Emprego de tempos e modos verbais 27
Domínio da estrutura morfossintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 31
Emprego das classes de palavras 33
Emprego dos sinais de pontuação 49
Concordância verbal e nominal 60
Regência verbal e nominal 66
Emprego do sinal indicativo de crase 73
Colocação dos pronomes átonos 77
Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade 80
Significação das palavras 82
Substituição de palavras ou de trechos de texto 84
Questões 84
Gabarito 98

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e moral; Ética, princípios e valores 1
Ética e democracia: exercício da cidadania 6
Ética e função pública 7
Ética no setor público 8
Lei estadual nº 6.754/2006 (Código de Ética Funcional do Servidor Público do Estado de Alagoas) 9

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Questões 14
GABARITO 18

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Constituição do Estado de Alagoas 1
Lei estadual nº 5.247/1991 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais) 1
Questões 33
GABARITO 38

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SUS

Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e arcabouço legal. Controle social no SUS 1
Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde 12
Constituição Federal, artigos de 194 a 200 e suas alterações 17
Lei nº 8.080/1990 e suas alterações, Lei nº 8.142/1990 e suas alterações 22
Decreto Presidencial nº 7.508/2011 e suas alterações 43
Determinantes sociais da saúde 50
Sistemas de informação em saúde 51
QUESTÕES 55
GABARITO 58

ATUALIDADES

Política Nacional e Internacional: Eventos políticos recentes no Brasil e no mundo. Relações internacionais, tratados, acordos, conflitos, etc. Economia: Eventos econômicos relevantes. Sociedade e Cultura: Questões sociais, como saúde, educação, segurança, meio ambiente. Tendências culturais e sociais. Avanços científicos e tecnológicos. Meio Ambiente: Mudanças climáticas e sustentabilidade. Eventos ambientais significativos. Questões relacionadas à conservação e preservação ambiental. Tecnologia e Inovação: Novas tecnologias e inovações. Desenvolvimentos na área de ciência da computação, internet e inteligência artificial. Relações Internacionais: Discussões sobre questões globais 1

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos da terapia ocupacional: Métodos e técnicas de avaliação e classificação em terapia ocupacional 1
Atividades e recursos terapêuticos 9
Abordagens grupais em terapia ocupacional 15
Papel da terapia ocupacional nas equipes interdisciplinares 23
Cinesiologia e biomecânica 29
Terapia ocupacional na saúde mental e psiquiatria 36
Terapia ocupacional na disfunção física 44
Terapia ocupacional nos processos de saúde/doença e trabalho 53
Terapia ocupacional nos processos de saúde/doença e envelhecimento 62
Terapia ocupacional na disfunção sensorial 68
Terapia ocupacional na prática social 75
Dispositivos e recursos de tecnologia assistiva 82
Bioética e legislação profissional 90
Métodos e técnicas de terapia ocupacional na prevenção à saúde 100
Questões 112
Gabarito 116

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

Diferença entre Compreensão e Interpretação

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

▸ Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

▸ Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

Tipos de Linguagem

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Dimensões da qualidade nos deveres dos servidores públicos

Os direitos e deveres dos servidores públicos estão descritos na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Entre os deveres (art. 116), há dois que se encaixamno paradigma do atendimentoe do relacionamento que tem como foco principal o usuário.

São eles:

▪ “atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas” e

▪ “tratar com urbanidade as pessoas”.

Presteza e urbanidade nem sempre são fáceis de avaliar, uma vez que não têm o mesmo sentido para todas as pessoas, como demonstram as situações descritas a seguir.

▪ Serviços realizados em dois dias úteis, por exemplo, podem não corresponder às reais necessidades dos usuários quanto ao prazo.

▪ Um atendimento cortês não significa oferecer ao usuário aquilo que não se pode cumprir. Para minimizar as diferentes interpretações para esses procedimentos, uma das opções é a utilização do bom senso:

▪ Quanto à presteza, o estabelecimento de prazos para a entrega dos serviços tanto para os usuários internos quanto para os externos pode ajudar a resolver algumas questões.

▪ Quanto à urbanidade, é conveniente que a organização inclua tal valor entre aqueles que devem ser potencializados nos setores em que os profissionais que ali atuam ainda não se conscientizaram sobre a importância desse dever.

Não é à toa que as organizações estão exigindo habilidades intelectuais e comportamentais dos seus profissionais, além de apurada determinação estratégica. Entre outros requisitos, essas habilidades incluem:

▪ atualização constante;

▪ soluções inovadoras em resposta à velocidade das mudanças;

▪ decisões criativas, diferenciadas e rápidas;

▪ flexibilidade para mudar hábitos de trabalho;

▪ liderança e aptidão para manter relações pessoais e profissionais;

▪ habilidade para lidar com os usuários internos e externos.

Encerramos esse tópico com o trecho de um texto de Andrés Sanz Mulas:

“Para desenhar uma ética das Administrações seria necessário realizar as seguintes tarefas, entre outras:

▪ Definir claramente qual é o fim específico pelo qual se cobra a legitimidade social;

▪ Determinar os meios adequados para alcançar esse fim e quais valores é preciso incorporar para alcançá-lo;

▪ Descobrir que hábitos a organização deve adquirir em seu conjunto e os membros que a compõem para incorporar esses valores e gerar, assim, um caráter que permita tomar decisões acertadamente em relação à meta eleita;

▪ Ter em conta os valores da moral cívica da sociedade em que se está imerso;

▪ Conhecer quais são os direitos que a sociedade reconhece às pessoas.”

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Legislação Estadual

Prezado(a),

Para estudo do tópico solicitado pelo edital, indicamos que verifique o material complementar. É necessário copiar e colar o link a seguir diretamente em seu navegador para ter acesso ao conteúdo:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70455

A indicação se dá devido ao formato e extensão do material em questão, que não cabe na estrutura de nossas apostilas. Por isso, e para manter protegidos os direitos autorais do conteúdo, sugerimos acesso direto na fonte oficial e estudo do documento tal como solicitado pelo edital.

Bons estudos

Lei estadual nº 5.247/1991 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais)

!

LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991.

Alterada pelas Leis nº 5.308, de 19 de dezembro de 1991; nº 5.698, de 2 de junho de 1995; nº 5.700, de 16 de junho de 1995; nº 5.878, de 22 de novembro de 1996; nº 6.003, de 13 de abril de 1998; nº 6.043, de 2 de julho de 1998; nº 6.225, de 15 de janeiro de 2001; nº 6.265, de 20 de setembro de 2001; nº 6.548, de 27 de dezembro de 2004; nº 6.738, de 16 de junho de 2006; nº 6.772, de 23 de novembro de 2006; nº 7.114, de 5 de novembro de 2009; e nº 5.247, de 26 de julho de 1991; nº 7.817, de 19 de setembro de 2016; nº 7.966, de 9 de janeiro de 2018 e nº 8.391, de 10 de março 2021.

INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULOS I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais.

Art. 2º Adotar-se-ão, para os efeitos desta Lei, as definições a saber:

I– função é o conjunto de atribuição e responsabilidades comestíveis a uma categoria funcional ou individualmente a determinado agente da Administração, em caráter permanente ou transitório;

II– cargo é um centro unitário e invisível de competências criado por lei, com denominação própria e em número certo hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;

III– Servidor Público Civil é quem, legalmente investido em cargo público civil da administração direta, autarquia e fundacional pública, mantém com o ente estatal relação de trabalho de natureza profissional, sob vínculo de dependência hierárquica;

IV– Regime Jurídico Único é o conjunto de normas que disciplinam as relações de trabalho dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional pública, definindo-lhes os direitos, responsabilidade e deveres.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Legislação Aplicada ao SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecido como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem como base o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Esse marco legal estabeleceu um modelo que visa garantir o acesso universal e gratuito a serviços de saúde, abrangendo desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade.

No entanto, garantir que um sistema dessa magnitude funcione de maneira eficiente não é uma tarefa simples. A gestão do SUS envolve a coordenação de milhares de unidades de saúde, a administração de grandes volumes de recursos financeiros e humanos, além de lidar com as demandas e necessidades de uma população diversa e extensa como a brasileira. Para isso, é essencial que os princípios e diretrizes do sistema sejam observados com rigor, permitindo que a saúde pública atenda suas finalidades com qualidade e equidade.

A gestão do SUS é um tema central para aqueles que buscam compreender como se dá o funcionamento dos serviços de saúde no Brasil, especialmente no contexto de concursos públicos. Conhecer sua estrutura organizacional, as formas de financiamento, os mecanismos de controle e avaliação, bem como os desafios enfrentados pelo sistema, é fundamental para entender como ele opera e como pode ser melhorado.

Princípios e Diretrizes do SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é regido por uma série de princípios e diretrizes que orientam sua organização e funcionamento. Esses elementos fundamentais foram estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), com o intuito de garantir que o sistema seja capaz de atender às necessidades de saúde da população de maneira justa e eficaz. A compreensão desses princípios é essencial para entender como o SUS é gerido e como ele busca assegurar o direito à saúde.

Princípios Doutrinários

Os princípios doutrinários são aqueles que orientam o conceito e os objetivos fundamentais do SUS. Eles estabelecem as bases éticas e filosóficas que guiam a prestação de serviços de saúde no Brasil. Os três principais princípios doutrinários do SUS são:

Universalidade:

Esse princípio determina que todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica, idade ou localização geográfica. A universalidade implica que o SUS deve estar disponível para todos, sem discriminação, garantindo a saúde como um direito humano básico.

Integralidade:

A integralidade refere-se à oferta de cuidados de saúde de forma completa, ou seja, levando em conta todos os aspectos das necessidades de saúde dos indivíduos. Esse princípio visa garantir que os serviços prestados não sejam fragmentados, mas abordem as diversas dimensões da saúde, desde a prevenção até a reabilitação, considerando o indivíduo como um todo.

Equidade:

Diferente de igualdade, a equidade implica que os recursos e serviços de saúde devem ser distribuídos de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo. A ideia é que aqueles que mais necessitam de cuidados, como populações vulneráveis, tenham prioridade no acesso aos serviços. Isso busca corrigir as desigualdades sociais e regionais no acesso à saúde.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Mundo

O Choque dos titãs: Trump versus Musk e as consequências para a geopolítica e a economia global

▪ A recente efervescência na relação entre Donald Trump e Elon Musk transcende uma mera disputa pessoal, revelando-se um episódio marcante com profundas implicações geográficas, históricas e geopolíticas.
▪ O embate, iniciado pela crítica de Musk a um projeto de lei republicano que visava eliminar subsídios a veículos elétricos, escalou rapidamente, com Trump ameaçando cortar contratos federais bilionários com empresas como Tesla, SpaceX e Starlink.
▪ A resposta de Musk foi igualmente contundente, sugerindo uma ligação de Trump com Jeffrey Epstein e chegando a pedir seu impeachment.

Um olhar histórico: precedentes e rupturas

▪ Historicamente, a relação entre o governo e grandes corporações nos Estados Unidos sempre foi complexa e, muitas vezes, ambivalente. Desde os "barões ladrões" do século XIX, que acumularam vastas fortunas e influência, até as gigantes de tecnologia da atualidade, a dinâmica de poder oscilou entre a colaboração e o confronto.
▪ O que torna o embate Trump-Musk particularmente notável é o rompimento de uma aliança tácita entre duas figuras de imenso poder e visibilidade.
▪ Anteriormente, Musk, embora excêntrico, era visto com certa simpatia por setores conservadores, especialmente por suas críticas à regulação excessiva e seu foco em inovação.
▪ A virada demonstra a fragilidade das alianças políticas e a disposição de Trump em utilizar o peso do governo para retaliar oponentes, mesmo que estes sejam peças-chave da economia americana.
▪ O pedido de impeachment por parte de Musk, bem como a insinuação de envolvimento com Jeffrey Epstein, também evoca um passado de escândalos políticos e figuras controversas na história americana. A sombra de Epstein, com sua rede de contatos influentes e acusações de tráfico sexual, adiciona uma camada sombria e explosiva a esta já volátil disputa.

A perspectiva geográfica: o Vale do Silício e Washington em colisão

▪ Geograficamente, o conflito acentua a tensão crescente entre Washington D.C. e o Vale do Silício. Tradicionalmente, o centro político dos EUA e o polo de inovação tecnológica operam em esferas distintas, embora interdependentes.
▪ O Vale do Silício, com seu espírito de disrupção e busca por autonomia, frequentemente colide com a burocracia e as regulamentações governamentais.
▪ A ameaça de Trump de cortar contratos federais atinge o coração das operações de empresas como SpaceX e Starlink, que dependem fortemente de acordos governamentais para seus projetos espaciais e de conectividade.
▪ A Starlink, por exemplo, tem sido crucial na provisão de internet em áreas remotas e zonas de conflito, como na Ucrânia, demonstrando a intersecção entre tecnologia e geopolítica. A possibilidade de interrupção desses serviços não é apenas uma questão econômica para Musk, mas pode ter ramificações significativas para a infraestrutura digital e a segurança global.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fundamentos da avaliação em terapia ocupacional

Conceito de avaliação terapêutico-ocupacional

A avaliação em terapia ocupacional é um processo clínico, técnico e humanizado que busca compreender como uma pessoa realiza suas ocupações no cotidiano, quais fatores favorecem ou dificultam sua participação e de que maneira suas condições físicas, cognitivas, emocionais, sociais e ambientais interferem em sua autonomia. Diferentemente de uma avaliação limitada à identificação de sintomas ou diagnósticos, a avaliação terapêutico-ocupacional observa a pessoa em relação às atividades que ela precisa, deseja ou é socialmente esperada a realizar.

Nesse sentido, a ocupação é entendida de forma ampla. Ela envolve atividades de autocuidado, produtividade, estudo, trabalho, lazer, descanso, participação familiar, convivência social e organização da rotina. O terapeuta ocupacional avalia não apenas se a pessoa consegue realizar determinada atividade, mas como ela realiza, com que nível de independência, segurança, satisfação, eficiência e significado pessoal.

A avaliação também considera que o desempenho ocupacional não depende exclusivamente das capacidades individuais. O ambiente físico, os recursos disponíveis, as barreiras arquitetônicas, o apoio familiar, as exigências sociais, as condições econômicas e os aspectos culturais influenciam diretamente a participação da pessoa. Por isso, o olhar avaliativo da terapia ocupacional é integrado: ele relaciona pessoa, atividade e contexto.

Objetivos da avaliação no cuidado em saúde

A avaliação tem como principal objetivo orientar o raciocínio clínico do terapeuta ocupacional. A partir dela, o profissional identifica necessidades, potencialidades, limitações, prioridades e riscos. Esses dados são essenciais para definir metas terapêuticas coerentes, selecionar métodos de intervenção adequados e acompanhar a evolução do usuário ao longo do processo de cuidado.

Outro objetivo importante é compreender o impacto funcional de uma condição de saúde. Uma mesma doença, lesão ou transtorno pode gerar consequências muito diferentes em pessoas distintas. Duas pessoas com o mesmo diagnóstico podem apresentar níveis diferentes de independência, participação social, organização da rotina e adaptação emocional. Por isso, a avaliação em terapia ocupacional não se limita ao nome da condição clínica, mas investiga seus efeitos concretos na vida cotidiana.

A avaliação também contribui para a tomada de decisão compartilhada. O terapeuta ocupacional deve escutar a pessoa, sua família e sua rede de apoio, respeitando desejos, valores e prioridades. Quando a pessoa participa da definição dos objetivos terapêuticos, o plano de cuidado tende a ser mais significativo, realista e sustentável.

Principais finalidades da avaliação

- Identificar dificuldades no desempenho de atividades cotidianas.
- Reconhecer habilidades preservadas e recursos pessoais disponíveis.
- Compreender barreiras físicas, sociais, emocionais e ambientais.
- Definir metas terapêuticas individualizadas e alcançáveis.
- Orientar intervenções, adaptações, treinos, encaminhamentos e reavaliações.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.